

II. Propostas

A especificação e a apresentação das propostas contidas na Carta Educativa far-se-á de acordo com o seguinte modelo:

- especificação dos princípios orientadores subjacentes
- apresentação dos eixos prioritários de intervenção
- exposição e especificação de cada uma das propostas

Mais se detalha que as propostas, sobretudo as do Eixo 2 de intervenção, se assumem como domínios centrais sobre os quais assentam os pilares das políticas educativas municipais e não como projectos de intervenção em si mesmos. Isto é, não se pretende definir antecipadamente os projectos e as iniciativas a implementar no terreno (até porque tal contrariaria o pressuposto fundamental da mobilização e da articulação estreita entre uma multiplicidade de agentes da comunidade local, o que implica que os próprios projectos e intervenções deverão ser planeados conjuntamente por aqueles agentes), mas sim definir um conjunto de domínios que, tendo por base o diagnóstico realizado e os desafios estratégicos que se colocam ao concelho, se assumem como prioritários em termos da definição de políticas educativas.

PRINCÍPIOS ESTRUTURANTES

A concepção e a elaboração das propostas a incluir na Carta Educativa de Almeida foi precedida de uma reflexão aprofundada sobre os objectivos gerais que as deveriam nortear e, neste sentido, dos princípios orientadores que lhe estavam subjacentes. Essa reflexão conduziu à definição de seis princípios estruturantes que se acredita sustentarem um projecto educativo coerente e pertinente face à realidade concelhia. É numa perspectiva analítica que se diferenciam estes princípios orientadores, na medida em que, na prática, eles surgem articulados entre si.

Os princípios estruturantes são os seguintes:

1. (Re)qualificação da oferta de educação e ensino
2. Promoção de trajectórias de sucesso educativo
3. Diversificação da(s) oferta(s) educativas e formativas
4. Reforço dos mecanismos de articulação com a comunidade local
5. Optimização dos recursos existentes
6. Reforço dos mecanismos de articulação com o mercado de trabalho

1. (RE)QUALIFICAÇÃO DA OFERTA DE EDUCAÇÃO E ENSINO

Promover a (re)qualificação de toda a oferta de educação, ensino e formação existente no concelho (condições de acesso, permanência e segurança nos espaços escolares; equipamentos e infra-estruturas de apoio);

2. PROMOÇÃO DE TRAJECTÓRIAS DE SUCESSO EDUCATIVO

Promover a melhoria crescente dos níveis de desempenho escolar da população a frequentar os estabelecimentos de ensino no concelho, minorando tanto quanto possível os casos e as situações de 'insucesso escolar' (considerando o não aproveitamento escolar, a retenção escolar, as saídas precoces, as saídas antecipadas, etc.)

3. DIVERSIFICAÇÃO DA(S) OFERTA(S) EDUCATIVAS E FORMATIVAS

Promover/incentivar a crescente diversificação da(s) oferta(s) educativas e formativas existentes no concelho, como forma de incentivo à qualificação crescente da população residente no concelho (designadamente população adulta e/ou activa), mas também como forma de prevenir situações de saída antecipada do sistema escolar pela inexistência de respostas e alternativas com que alguns jovens se possam sentir mais identificados.

4. REFORÇO DOS MECANISMOS DE ARTICULAÇÃO COM A COMUNIDADE LOCAL

Promover os mecanismos e os factores de inclusão social dos jovens, reforçando também, com esse objectivo, os domínios de articulação entre a comunidade educativa e a comunidade local no geral (agentes desportivos, recreativos, culturais, sociais, juvenis, etc.), tendo por base a convicção que as formas de integração no espaço escolar e os modelos de inclusão social não dependem só de elementos de natureza pedagógico-educativa, mas também de factores de natureza psicológica, familiar, cultural, social, laboral, etc.

5. OPTIMIZAÇÃO DOS RECURSOS EXISTENTES

Promover a mobilização e a articulação crescente dos recursos locais (humanos, técnicos, materiais, logísticos, etc.), por forma a potenciar as intervenções possíveis de implementar, bem como a sua abrangência.

6. REFORÇO DOS MECANISMOS DE ARTICULAÇÃO COM O MERCADO DE TRABALHO

Promover e incentivar domínios de articulação entre a comunidade educativa e formativa e o empresariado local e regional, fomentando a crescente valorização das vias profissionais e profissionalizantes, mas também, significativamente, os factores de empregabilidade da população residente e os factores de competitividade do tecido sócio-productivo.

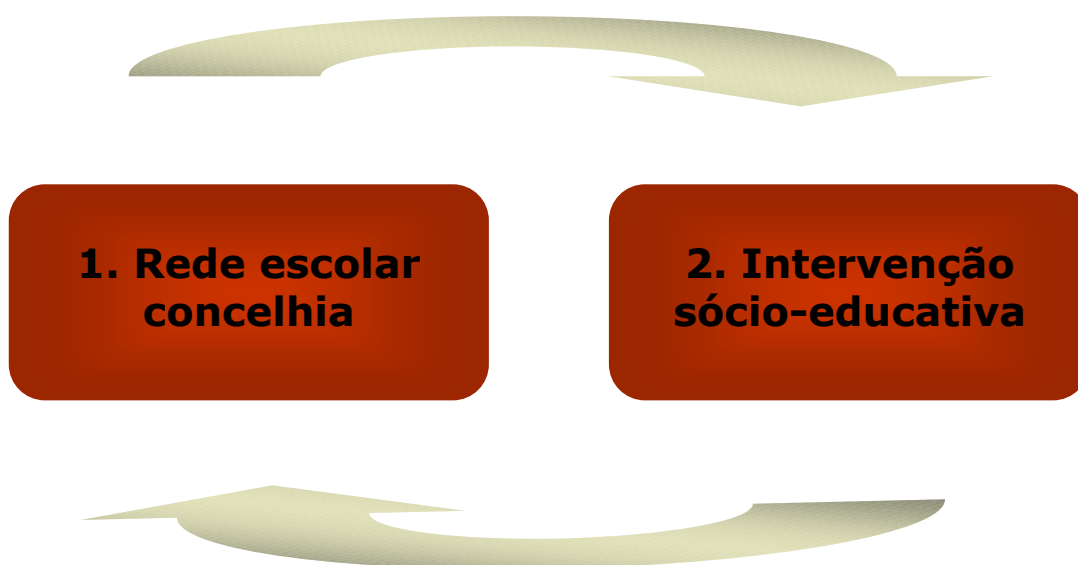
EIXOS PRIORITÁRIOS DE INTERVENÇÃO

As propostas da Carta Educativa de Almeida encontram-se sistematizadas em dois eixos de intervenção prioritários:

- um mais directamente relacionado com o reordenamento da rede escolar concelhia,
- outro mais direccionado para as vertentes e dimensões sócio-educativas.

Salvaguarda-se, todavia, que ambos os eixos foram definidos tendo em vista o seu contributo para um mesmo objectivo geral: a (re)qualificação da oferta de educação e ensino no concelho de Almeida e o investimento na promoção de trajectórias de sucesso educativo. Assim, importa reter que se há, efectivamente, uma diferença em termos dos dois eixos de intervenção considerados, se acredita que a melhoria do sistema educativo concelhio só pode decorrer, pela complementaridade entre ambos, do investimento e pela articulação do investimento em ambos os eixos.

Em termos esquemáticos contempla-se, assim, a articulação entre ambos os eixos de intervenção:



EIXO1 - REDE ESCOLAR

PROPOSTA 1 – REORDENAMENTO DA REDE ESCOLAR CONCELHIA

Constituindo um elemento central da Carta Educativa de Almeida, importa reportar que, até certo ponto, as propostas de reordenamento da rede escolar concelhia esboçadas no presente documento surgem sustentadas em critérios exógenos ou, por outras palavras, por critérios sobre os quais a comunidade local não tem capacidade para intervir ou fazer inverter de forma directa: tratam-se, em especial, das orientações emanadas pela administração central (Ministério da Educação) e das próprias dinâmicas demográficas que, conforme se destacou na parte de diagnóstico, têm conduzido a uma redução gradual e contínua da procura de educação e ensino no concelho. Estes são, portanto, factores que condicionam, desde logo, a formulação destas propostas.

No caso específico de Almeida, e de forma sintética, de avançar desde já com a noção que as **propostas de reordenamento escolar** assentam em **quatro critérios principais**. A saber:

- Orientações superiores (relativas aos estabelecimentos de ensino do 1º CEB em funcionamento com um número excessivamente reduzido de alunos)
- Dinâmicas demográficas recentes e projecções (configuração dos níveis potenciais de procura de educação e ensino)
- Qualificação da oferta educativa no concelho (condições de aprendizagem; infra-estruturas e equipamentos de apoio, condições de permanência e segurança no espaço escolar, etc.)
- Opções das famílias/alunos

O primeiro critério decorre, naturalmente, das próprias orientações superiores que apontam no sentido do encerramento das EB1 com um número reduzido de alunos (nomeadamente, estabelecimentos frequentados por menos de 10 alunos ou nos quais as situações de insucesso escolar assumam proporções gravosas).

Por razões que se prendem com a dinâmica demográfica do concelho este é, pois, um critério que condiciona amplamente as opções futuras (opções de curto e médio prazo).

Na verdade, aquelas tendências demográficas, ao conduzirem a perdas populacionais significativas e ao envelhecimento acentuado da população residente, têm implicado um decréscimo continuado dos níveis de procura de educação e de ensino no concelho. Prospectivamente, e de acordo com as projecções demográficas, antecipa-se a continuidade desta tendência a curto e a médio prazo, razão pela qual, este tem, indiscutivelmente, de ser assumido como outro critério de reordenamento da rede escolar do concelho de Almeida.

Se qualquer destes se impôs, pelas razões apontadas, importa especificar, agora, os dois outros critérios que, de forma complementar aos anteriores, se assumem como basilares da proposta concreta de reordenamento da rede escolar.

Em primeira instância, assume-se como fundamental que o reordenamento da rede de equipamentos escolares conduza a uma (re)qualificação das condições de oferta de ensino. Dito por outras palavras, assumindo que o funcionamento em escolas com um número excessivamente reduzido de alunos pode condicionar potencialmente as condições de socialização dos alunos, considera-se, também que as opções que forem sendo tomadas (em termos de encerramento de estabelecimentos de ensino e respectivo processo de reencaminhamento dos alunos) deverão representar sempre que os alunos são deslocados para escolas com melhores condições de permanência e de segurança no espaço escolar.

Por último, de referir ainda o facto de se assumir que, em termos de opções concretas, os alunos e, sobretudo, as suas famílias, deverão ser ouvidos em termos das suas preferências e opções.

Significa isto que existe a consciência de que, pela redução do número de alunos, se imporá o encerramento de outras EB1 a curto e médio prazo, mas também que esta será uma opção que, inquestionavelmente, colocará as famílias perante novos desafios. É neste sentido que se julga de toda a relevância confrontar as próprias famílias com aquelas que serão as suas preferências em termos de reencaminhamento dos seus educandos (até porque, conforme se dará conta mais à frente, em face do encerramento já no próximo ano lectivo de duas EB1 e colocadas perante duas possibilidades de reencaminhamento dos seus educandos – sendo uma opção mais próxima do local de residência e implicando, a outra, o reencaminhamento dos alunos para a freguesia sede do agrupamento, os contactos com as famílias porem em evidência a sua preferência por esta última opção, mesmo implicando maior tempo de deslocação diária). Numa perspectiva de aprofundamento dos fundamentos da democracia participativa, e até porque se reconhece que o interesse principal das famílias seria, quase inevitavelmente, a manutenção em funcionamento de todos os estabelecimentos de ensino, afigura-se de toda a relevância o envolvimento das famílias em todo este processo.

Tendo por base a definição destes quatro critérios, a proposta de reordenamento da rede escolar do concelho de Almeida encontra-se estruturada em dois fases temporais principais:

- Ano lectivo 2007/2008
- Ano lectivo 2008/2009 - ... (e seguintes)

De qualquer modo, e perante o decréscimo dos níveis de procura de ensino, de destacar, desde já, que se antecipa que a **médio prazo toda a oferta de ensino no concelho fique concentrada nas duas principais freguesias do concelho (Almeida e Vilar Formoso)**. No fundo, se esta é uma situação que sucede já com o 2º e 3º CEB e com o Ensino secundário, estima-se que seja algo que, a médio prazo, enquadre também o 1º CEB.

Ano lectivo 2007/2008

Educação Pré-escolar

Atendendo ao reduzido número de crianças, mas também à inexistência de Jardins de Infância do sub-sector público nas freguesias-sede de cada Agrupamento de Escolas (Almeida e Vilar Formoso), a oferta pública de educação pré-escolar detém um peso relativamente reduzido no concelho.

Para colmatar esta lacuna foi já elaborado um projecto para implementação de um Jardim de Infância na sede do concelho (freguesia de Almeida), projecto esse que teve um parecer favorável da DREC. (ver projecto e cópia do parecer da DREC em anexo).

Esquemáticamente, avança-se que a capacidade prevista para este Jardim de Infância é de uma sala, sendo que, está previsto, igualmente, que o equipamento disponha de :

- 1 Vestíbulo5m²
- 1 Sala de Actividades38,2m²
- 1 Sala Polivalente51,3m²
- 1 Refeitório20,5 m²
- 1 Copa6,2 m²
- 1 Gabinete para Educadores13,5 m²
- 1 W.C. Alunos5,3 m²
- 1 W.C. Educador, Auxiliar e Deficientes.....5,8 m²
- 1 Espaço de Arrumos 3 m²
- 1 Espaço de Arrumos3,6 m²
- Espaço Exterior Coberto.....18,5 m²
- Espaço Exterior165m² + 30,5m² + 9 m².....204,5 m²

Mais recentemente, e por via da solicitação de autorização à DREC de transferência do Jardim de Infância da Junça (sem portaria) para um espaço disponibilizado pelo Agrupamento de Escolas de Almeida, pondera-se que, em alternativa, o futuro Jardim de Infância de Almeida possa ficar sediado na escola-sede do agrupamento, pois, essa seria uma opção que implicaria menos custos. Havendo salas disponíveis que permitiriam a existência da salas de actividades, de uma sala polivalente, e a utilização das outras infra-estruturas de apoio à actividade lectiva (serviço de refeições, designadamente) esta afigura-se, portanto, como uma opção menos onerosa, mas também, potencialmente, de efectivação mais célere. De acordo com a decisão do Conselho Municipal de Educação de Almeida, se for

uma opção aprovada pelas entidades competentes (aguarda-se o parecer da DREC), esta última possibilidade deverá ser privilegiada em detrimento da primeira.

No que respeita ao Agrupamento de Escolas de Vilar Formoso, e atendendo à inexistência de oferta pública de educação pré-escolar também na freguesia de Vilar Formoso, pondera-se também a possibilidade de, a médio prazo, ser encontrada e implementada uma solução semelhante à que se propõe para a freguesia de Almeida.

Sem um investimento muito elevado, tal opção permitiria também um reforço das taxas de pré-escolarização no concelho, elemento que não poderá ser considerado despidendo.

1º Ciclo do Ensino Básico

Já para o próximo ano lectivo está definido o encerramento de duas EB1, em função do reduzido numero de alunos. As escolas de acolhimento destes alunos estão a ser definidas conjuntamente com as famílias dos mesmos, antecipando-se, desde já, que nalguns casos, e apesar de existirem opções mais próximas geograficamente, as famílias manifestam a sua preferência pela deslocalização, desde já, dos seus educandos para os estabelecimentos de ensino sediados nas freguesias sede dos agrupamentos (Almeida e Vilar Formoso)

Encerramento de:

- EB1 do Freixo (Agrupamento de Escolas de Vilar Formoso)
- EB1 de Valverde (Agrupamento de Escolas de Almeida)

Escolas em funcionamento:

- EB1 de Almeida (Agrupamento de escolas de Almeida)
- EB1 da Amoreira (Agrupamento de escolas de Almeida)
- EB1 da Miuzela (Agrupamento de escolas de Almeida)
- EB1 Albino Monteiro (Agrupamento de escolas de Vilar Formoso)
- EB1 da Imaculada (Agrupamento de escolas de Vilar Formoso)
- EB1 da Malhada Sorda (Agrupamento de escolas de Vilar Formoso)
- EB1 de São Pedro de Rio Seco (Agrupamento de escolas de Vilar Formoso)

2º e 3º CEB e Ensino Básico

Não se prevêem alterações/qualquer encerramento de estabelecimentos de ensino. Recorde-se que os 2º e 3º ciclos do ensino básico, bem como o ensino secundário, estão já concentrados em dois únicos estabelecimentos de ensino (EB23/S) localizados nas duas principais freguesias do concelho.

Ano lectivo 2008/2009 - ... (e seguintes)

Educação Pré-escolar

Estima-se manter a configuração da rede de pré-escolar em função dos elementos referenciados anteriormente para o ano lectivo 2007/2008.

1º Ciclo do Ensino Básico

No final do ano lectivo anterior (2007/2008) estarão em funcionamento um total de sete EB1. Em função da diminuição do número de alunos prevê-se que alguns destes estabelecimentos encerrem logo no final desse ano lectivo, procedendo-se ao respectivo reencaminhamento dos alunos.

Na prática, tendo em linha de conta, quer as estimativas populacionais, quer, sobretudo, o número de alunos por ano de escolaridade a frequentar cada uma destas EB1, estima-se que, pelo critério do número de alunos, possam ter de ser encerradas as:

- EB1 da Amoreira
- EB1 da Malhada Sorda
- EB1 de São Pedro de Rio Seco

Conforme definido nos critérios subjacentes à elaboração destas propostas, procurar-se-á que o reencaminhamento destes alunos seja acordado também com as famílias, pelo que se opta por não assumir uma posição determinística. Em última instância, assume-se que as próprias preferências das famílias a este respeito condicionarão a temporalidade de concretização do reordenamento 'final' da rede escolar concelhia, no sentido em que se a opção maioritária se encaminhar no sentido da deslocalização imediata para os estabelecimentos localizados nas principais freguesias do concelho, tal implicará que, a mais curto prazo, toda a oferta do 1º CEB estará localizada também, à semelhança do 2º e 3º CEB e secundário, nas freguesias de Almeida e de Vilar Formoso.

Importa salvaguardar, todavia, que em caso algum, e perante a necessidade de encerramento de uma EB1 em função do reduzido número de alunos, será permitido que os alunos sejam reencaminhados para estabelecimentos de ensino com piores condições para o processo de ensino e aprendizagem. A verificar-se tal situação, a opção terá de ser, necessariamente, a do reencaminhamento dos alunos para estabelecimentos que representam a melhoria das condições de acolhimento.

Reforça-se uma vez mais a convicção, no entanto, que em face da diminuição do número de alunos que se prevê que continue a acentuar-se, aponta-se no sentido de toda a oferta de ensino no concelho ficar concentrada nas principais freguesias do concelho. Dito por outras palavras, antecipa-se, desde já, que a médio prazo toda a oferta de 1º CEB do sub-sector público passe a estar concentrada também na freguesia de Almeida e de Vilar Formoso (à semelhança do que sucede já com os outros níveis de ensino).

2º e 3º CEB e Ensino Básico

Não se prevêem alterações/qualquer encerramento de estabelecimentos de ensino. Recorde-se que os 2º e 3º ciclos do ensino básico, bem como o ensino secundário, estão já concentrados em dois únicos estabelecimentos de ensino (EB23/S) localizados nas duas principais freguesias do concelho.

De qualquer modo, e em face do(s) encerramento(s) de Escolas Básicas do 1º Ciclo que, inevitavelmente, ocorrerão também a partir do ano lectivo 2008/2009, considera-se a possibilidade das duas EB23/S se assumirem como espaços escolares de acolhimento de alunos do 1º CEB (à semelhança do que sucede já com a EB23/S Dr. Casimiro Matias do Agrupamento de Escolas de Almeida).

EIXO 2 - INTERVENÇÃO SÓCIO-EDUCATIVA

PROPOSTA 2 – PROMOÇÃO DO SUCESSO EDUCATIVO

A definição desta proposta deriva, naturalmente, do diagnóstico realizado anteriormente (e, por esta via, de algumas fragilidades detectadas), mas, sobretudo, da definição de uma ambição estratégica.

Com efeito, para além da intenção de mobilização dos recursos que a comunidade educativa local considere necessários para fazer face às situações e aos casos de insucesso educativo entre a população escolar do concelho, propõe-se que no âmbito deste eixo de intervenção sejam congregados projectos e iniciativas que visem a promoção de trajectórias de sucesso educativo. Significa isto que se parte da convicção de que o 'sucesso educativo' não se reduz à ausência de retenção escolar, de saídas precoces ou antecipadas do sistema de ensino, etc., mas que a sua abrangência é significativamente mais ampla, remetendo para factores como os factores de inclusão social, a aquisição de competências sociais e pessoais, a concepção do objectivos e trajectórias de vida, etc. É pois neste sentido que se o assume como uma ambição estratégica.

Do ponto de vista operativo, a implementação desta proposta assentará, então, em dois tipos de acções principais:

- umas mais directamente correlacionadas com a intervenção junto de alunos actualmente enquadrados no sistema educativo concelhio e que revelem, desde já, dificuldades em termos do seu desempenho escolar,
- outras mais orientadas para a prevenção de casos de insucesso e, sobretudo, para a promoção de percursos individuais de sucesso educativo

Numa outra perspectiva, de realçar ainda que a concretização de algumas destas intervenções poderão surgir em estreita articulação com iniciativas e projectos mais directamente enquadrados no seio da Proposta 4, ou seja, especialmente nos casos em que, para além de uma intervenção de natureza educativa-pedagógica se assuma como relevante intervenções complementares ao nível, por exemplo, da inserção familiar das crianças e jovens (designadamente inserção em famílias desestruturadas).

EIXO 2 - INTERVENÇÃO SÓCIO-EDUCATIVA

PROPOSTA 3 – REFORÇO DOS NÍVEIS DE HABILITAÇÃO E DE QUALIFICAÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE

Por via da concepção desta proposta, assume-se o investimento no objectivo de elevar os níveis de habilitação e de qualificação da população residente no concelho de Almeida. Deste ponto de vista, esta proposta enquadra-se também, então, no âmbito das políticas e das medidas de política promovidas a nível da administração central. A este nível poder-se-á citar, por exemplo, a Iniciativa Novas Oportunidades.

No que respeita a esta proposta, importa salientar que o público-alvo previsto não se centra, de modo algum, exclusivamente nos jovens ou, dito por outras palavras, na população com idades próprias de cada ciclo escolar. Dirige-se, pelo contrário, a toda a população residente, pelo que a sua abrangência é ampla e alargada.

Se se apontou há pouco a estreita interligação desta proposta com a Iniciativa Novas Oportunidades, tal não significa, todavia, que outras possibilidades não possam e devam ser consideradas. Neste sentido, a comunidade educativa local expressa também por esta via, então, a sua abertura a propostas de acções e projectos com origem na comunidade local por via da qual se possa aprofundar o objectivo de elevação dos níveis de habilitação e de qualificação da população residente. Longe de se assumir uma postura de 'meros' receptores e executores de medidas de política, assume-se assim uma perspectiva de abertura e de inovação, por via da qual se poderão, eventualmente, encontrar formas e modelos de intervenção mais adequados às necessidades, às expectativas e às disponibilidades da população local. A este nível, as potenciais iniciativas com origem no empresariado local, assim como o reforço de domínios de articulação com o tecido empresarial local e regional emergem como factores que serão amplamente valorizados.

Aqui reside, justamente, um dos pontos que se julga fundamental ao nível das propostas que estão abrangidas na presente Carta Educativa: o carácter integrado que se lhes atribui, configurando a realidade sócio-económica e educativa como multidimensional e não como uma dimensão fragmentada e isolada de toda uma série de outros fenómenos. De facto, assim considerada, para além dos impactos directos em termos da qualificação da população residente, este tipo de intervenção tende a assumir-se, igualmente, como um instrumento relevante em termos da consolidação/melhoramento dos factores de competitividade local (massa crítica) e, por esta via, como potenciador de processos de desenvolvimento local sustentados e integrados.

Importa ressaltar, por último, que até certo ponto esta é uma proposta que está já a ser operacionalizada, ao abrigo do protocolo celebrado pela a autarquia e as demais entidades competentes ao abrigo da Iniciativa Novas Oportunidades. A sua formulação enquanto proposta no âmbito da Carta Educativa surge, então, como reflexo da aposta ao nível da melhoria dos níveis de habilitação e de qualificação da população residente.

EIXO 2 - INTERVENÇÃO SÓCIO-EDUCATIVA

PROPOSTA 4 – REFORÇO DOS MECANISMOS E FACTORES DE INCLUSÃO SOCIAL

A definição desta proposta enquanto um dos domínios basilares da política educativa municipal tem por base a profunda convicção de que a integração no espaço escolar (e, por esta via, a promoção de trajectórias de sucesso educativo), mas também, numa perspectiva mais abrangente, os percursos de inclusão social não dependem exclusivamente de elementos de natureza pedagógico-educativa, mas também de factores de natureza psicológica, familiar, cultural, social, laboral, etc. (que urge, portanto, não negligenciar).

Tendo a consciência que as condições de enquadramento familiar, social, psicológico, etc., das crianças e jovens tendem a exercer uma influência muito relevante em termos das suas trajectórias de vida, pretende-se por este meio promover tanto quanto possível uma intervenção integrada junto da população escolar do concelho, que se assuma como complementar à actividade lectiva desenvolvida pela comunidade educativa local.

Globalmente, pretende-se:

- por um lado, prevenir situações de risco e/ou intervir junto de crianças e jovens já sinalizados como situações de risco,
- por outro, fomentar junto da população escolar concelhia e respectivas famílias uma perspectiva alargada e abrangente sobre os processos de formação pessoal e individual, alertando-os para a importância fundamental de domínios como as competências pessoais e sociais, espírito de iniciativa, direitos e deveres de cidadania, responsabilidade individual e social, participação e implicação social, factores de risco, inclusão social, etc.

Assim concebido, este é um domínio que aponta claramente no sentido da articulação da intervenção de vários actores sociais locais (agentes culturais, recreativos, desportivos, juvenis, mas também institucionais: saúde, educação, administração local, acção social, etc.), acreditando-se que possibilitará, em primeiro lugar, o investimento crescente em acções integradas (por oposição a intervenções de natureza mais fragmentada e casuística), em segundo lugar, potenciar a rentabilização dos recursos locais (optimização dos recursos).

Sem prejuízo de todas as formas de articulação que venham a ser definidas e estabelecidas no futuro, de realçar desde já que se revela particularmente relevante a articulação com dois dos principais fóruns de reflexão e de intervenção social local já existentes no concelho: o Conselho Local de Acção Social de Almeida e a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo de Almeida.

No que concerne a esta última instância de salientar, aliás, que no seu Plano de Acção para 2007, a CPCJP da área do município de Almeida contempla já promover a divulgação dos "Direitos da Criança", incentivando o diálogo e a (in)formação sobre o tema junto da comunidade escolar, bem como promover acções de formação social e parental, com o intuito de dotar o sistema parental de famílias disfuncionais de competências básicas, para o adequado desenvolvimento integral das(os) crianças/jovens.